

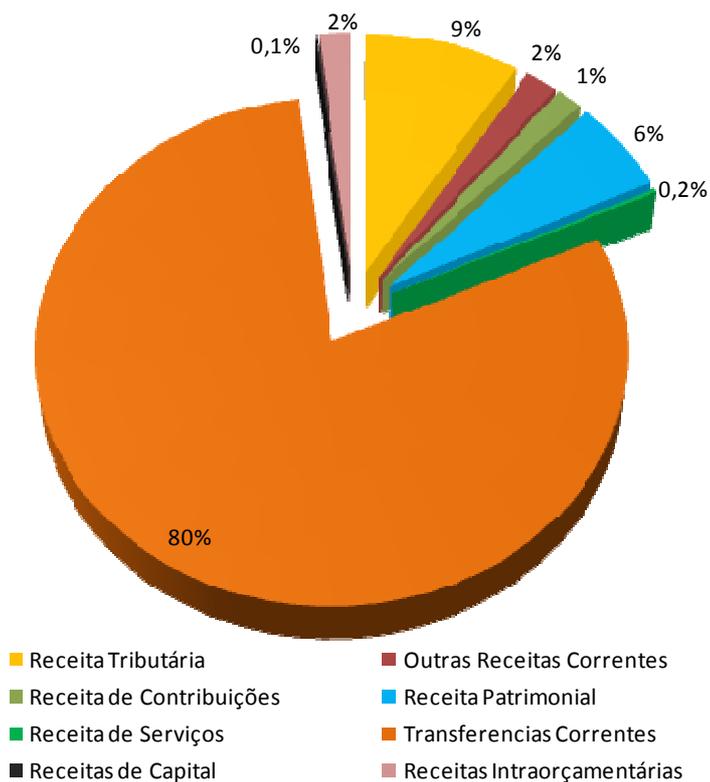
Com o objetivo de demonstrar o desempenho do Município de Rio das Ostras no 3º Quadrimestre de 2007, em relação aos limites estabelecidos pela Constituição Federal e Lei Complementar nº 101/2000 e com a finalidade de dar transparência no cumprimento das normas voltadas para a responsabilidade do Administrador Público na gestão fiscal, tendo como sustentáculo a parceria do Poder Legislativo, vimos apresentar os diversos aspectos que contemplam a Execução Orçamentária e demonstrar os resultados fiscais alcançados no período.

O IX Fórum Municipal de Planejamento e Orçamento - Audiência Pública, que será realizado em 28 de fevereiro de 2008, tratará da Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2007.

Como fonte de informação foi utilizado o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, referente ao 6º bimestre de 2007 e do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 2º semestre de 2007, publicado no Diário Oficial - Edição 355 em seu Encarte Especial e complementadas pela Secretaria Municipal de Fazenda.

Demonstramos abaixo, a Execução Orçamentária da Receita Arrecadada até o 3º Quadrimestre de 2007.

Especificação	Receita Arrecadada
<b>Receitas Correntes</b>	<b>358.394,3</b>
<i>Receita Tributária</i>	<b>31.906,2</b>
Impostos	29.939,1
Taxas	1.967,1
<i>Receita de Contribuições</i>	<b>5.371,0</b>
Contribuições Sociais	4.113,5
Contribuições Econômicas	1.257,5
<i>Receita Patrimonial</i>	<b>20.964,6</b>
Receitas de Valores Mobiliários	20.964,6
<i>Receita de Serviços</i>	<b>852,9</b>
<i>Transferências Correntes</i>	<b>292.647,4</b>
Transferências Intergovernamentais	292.529,0
Transferências de Intituições Privadas	15,0
Transferências de Pessoas	0,4
Transferências de Convênios	103,0
<b>Dedução para Formação do FUNDEB</b>	<b>5.982,7</b>
<i>Outras Receitas Correntes</i>	<b>6.652,2</b>
Multas e Juros de Mora	913,4
Indenizações e Restituições	752,5
Receita da Dívida Ativa	4.784,1
Receitas Diversas	202,2
<b>Receitas de Capital</b>	<b>244,7</b>
<i>Alienação de Bens</i>	<b>27,3</b>
Alienação de Bens Móveis	27,3
<i>Transferência de Convênios</i>	<b>217,4</b>
Transferência de Convênios	217,4
<b>Receitas Intraorçamentárias</b>	<b>6.676,5</b>
Receita de Contribuições	6.676,5
<b>TOTAL DA RECEITA LIQUIDA</b>	<b>359.332,8</b>



Comparando a arrecadação do 3º Quadrimestre de 2006 em relação ao 3º quadrimestre de 2007, verificamos uma queda na arrecadação equivalente a 18%, devido a diminuição das transferências dos recursos royalties, conforme demonstrado abaixo.

R\$ Milhares

<b>Especificação</b>	<b>Receita Arrecadada 2006</b>	<b>Receita Arrecadada 2007</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>437.890,1</b>	<b>352.411,6</b>
Receita Tributária	27.930,3	31.906,2
Receita de Contribuições	5.460,2	5.371,0
Receita Patrimonial	33.804,9	20.964,6
Receita de Serviços	1.032,2	852,9
Transferências Correntes	364.944,1	286.664,7
Outras Receitas Correntes	4.718,4	6.652,2
<b>Receitas de Capital</b>	<b>477,3</b>	<b>244,7</b>
Alienação de Bens	87,3	27,3
Transferência de Capital	390,0	217,4
<b>Receitas Intraorçamentárias</b>	<b>-</b>	<b>6.676,5</b>
Receita de Contribuições	-	6.676,5
<b>Total</b>	<b>438.367,4</b>	<b>359.332,8</b>

Nota: Para efeito deste demonstrativo foram consideradas as deduções da receita para formação do FUNDEB

**2007**

**2006**

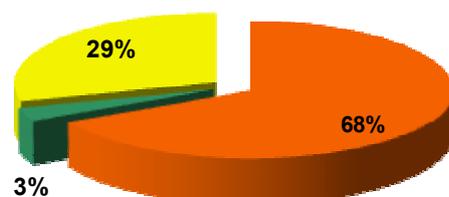
Destacamos o comportamento das receitas tributárias, que teve um crescimento de 14%, o que equivale a 3.975,9 milhões, demonstrando que as ações desenvolvidas de sensibilização do munícipe quanto a importância do pagamento de seus impostos vem provocando um retorno satisfatório.

## EXECUÇÃO DA RECEITA - ROYALTIES

Destacam-se o valor referente às transferências e aos ganhos com aplicação financeira dos recursos ROYALTIES, que representam aproximadamente 68% da arrecadação municipal.

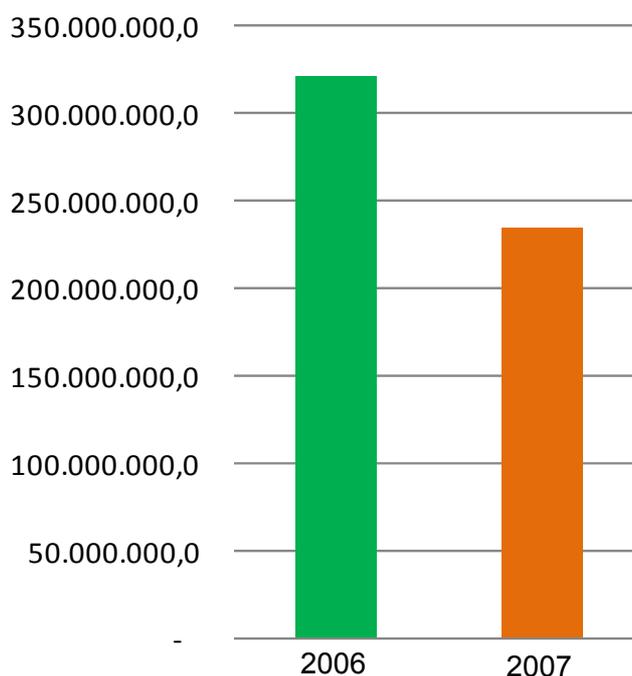
R\$ 1,0

RECEITA		
	2007	
 Transferencias ROYALTIES	235.265.376,9	68%
 Aplicação Financeira ROYALTIES	11.168.679,5	3%
 Outros Recursos	101.866.244,0	29%
<b>Total</b>	<b>348.300.300,4</b>	<b>100%</b>



Comparando o comportamento da arrecadação das transferências dos recursos royalties com o 3º Quadrimestre de 2006, fica demonstrado uma queda significativa em relação a este recurso, em torno de 27%, em valores R\$ 85.424.438,9.

2006	2007
320.689.815,80	235.265.376,90



## DESPESA COM PESSOAL

Destacamos, por sua relevância para a Administração Municipal e para a Lei de responsabilidade Fiscal, o demonstrativo da participação da despesa com pessoal e encargos sociais, em relação a Receita Corrente Líquida. Segundo a Lei, a despesa com pessoal incorridas nos últimos 12 meses não deve ultrapassar 60% da Receita Corrente Líquida.

R\$ Milhares

<b>DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA</b>	
RECEITAS CORRENTES	
Receita Tributária	31.906,1
Receita de Contribuições	5.370,8
Receita Patrimonial	20.964,6
Receita de Serviços	853,0
Transferências Correntes	292.647,3
Outras Receitas Correntes	6.652,5
( - ) Dedução da Receita Corrente	5.982,8
( - ) Contribuição para RPPS	4.110,9
<b>TOTAL RECEITA CORRENTE LIQUIDA</b>	<b>348.300,6</b>

Nota: Para efeito deste demonstrativo foram consideradas as deduções da receita para formação do FUNDEB

R\$ Milhares

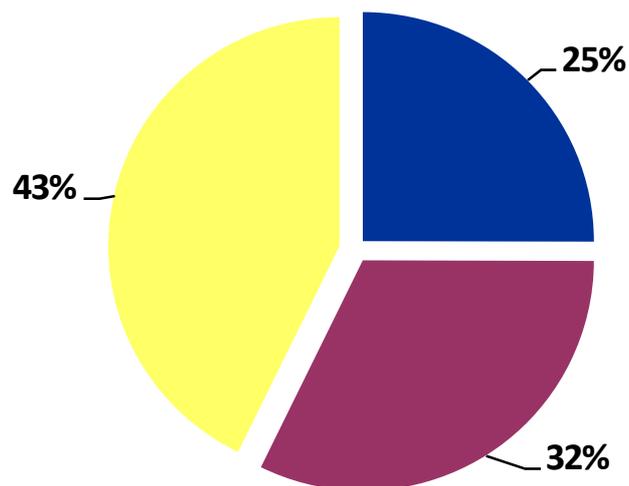
<b>DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	
Pessoal Ativo	101.475,2
Pessoal Inativo	865,8
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos c	80,1
( - ) Inativos e Pensionistas c/ Rec. Vinculados	781,8
<b>TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS</b>	<b>101.639,3</b>

<b>DEMONSTRATIVO DOS LIMITES</b>		
Limite Legal (inciso III, art. 19 da LRF)	54,00%	188.082,1
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	51,30%	178.678,0
Total da Despesa com Pessoal	29,18%	101.639,3

## DESPESA COM PESSOAL

Ao analisarmos os gastos com pessoal podemos observar a ênfase dada às áreas de Educação e Saúde.

	Folha da Secretaria Municipal de Educação	26.570.187,35
	Folha da Secretaria Municipal de Saúde	34.157.171,00
	Somatório das Folhas das Unidades	45.381.041,65



## DESPESA COM SAÚDE

Apurando o atendimento aos limites constitucionais relativos as ações e serviços públicos de saúde, constatamos que o percentual constitucional obrigatório foi superado. O município esta obrigado a aplicar 15% das receitas previstas na Constituição Federal. Em nosso caso aplicamos 26,43% destas receitas. Vale destacar que o gasto acima do valor obrigatório foi de R\$ 8.411.038,30 a mais do que seria a obrigação do município. Abaixo demonstramos estes dados.

Além dos gastos obrigatórios, o município aplicou R\$ 39.583.752,24 com receitas de Royalties.

<b>RECEITA</b>	<b>R\$</b>
<b>Impostos - (A)</b>	<b>29.939.074,61</b>
IPTU	5.465.515,08
IRRF	7.246.830,48
ITBI	4.521.418,75
ISS	12.705.310,30
<b>Transferências da União - (B)</b>	<b>10.690.215,09</b>
Cota-Parte FPM - (100%)	10.442.211,80
Cota-Parte ITR	62.441,06
Transf. Financeira ICMS Desoneração - (100%)	185.562,23
<b>Transferências do Estado - (C)</b>	<b>27.919.422,74</b>
Cota-Parte ICMS - (100%)	25.186.691,98
Cota-Parte IPVA	2.117.081,19
Cota-Parte IPI - (100%)	615.649,57
<b>Demais Receitas Correntes - (D)</b>	<b>5.012.182,80</b>
Multas, Juros de Mora Impostos	451.662,21
Divida Ativa dos Impostos	4.560.520,59
<b>TOTAL - BASE DE CÁLCULO SAÚDE = (A+B+C+D)</b>	<b>73.560.895,24</b>

<b>DESPESA</b>		
<b>Função 10 - SAÚDE</b>		
10.122	Administração Geral	2.174.408,42
10.301	Atenção Básica	3.250.412,43
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	12.520.365,05
10.305	Vigilância Epidemiológica	1.499.986,69
<b>TOTAL GERAL DESPESA COM SAÚDE</b>		<b>19.445.172,59</b>

<b>Aplicação Constitucional Obrigatória</b>		
<b>Ações de Serviços Públicos de Saúde</b>	<b>15%</b>	<b>11.034.134,29</b>
<b>Aplicação Governamental Efetiva</b>		
<b>Ações de Serviços Públicos de Saúde</b>	<b>26,43%</b>	<b>19.445.172,59</b>

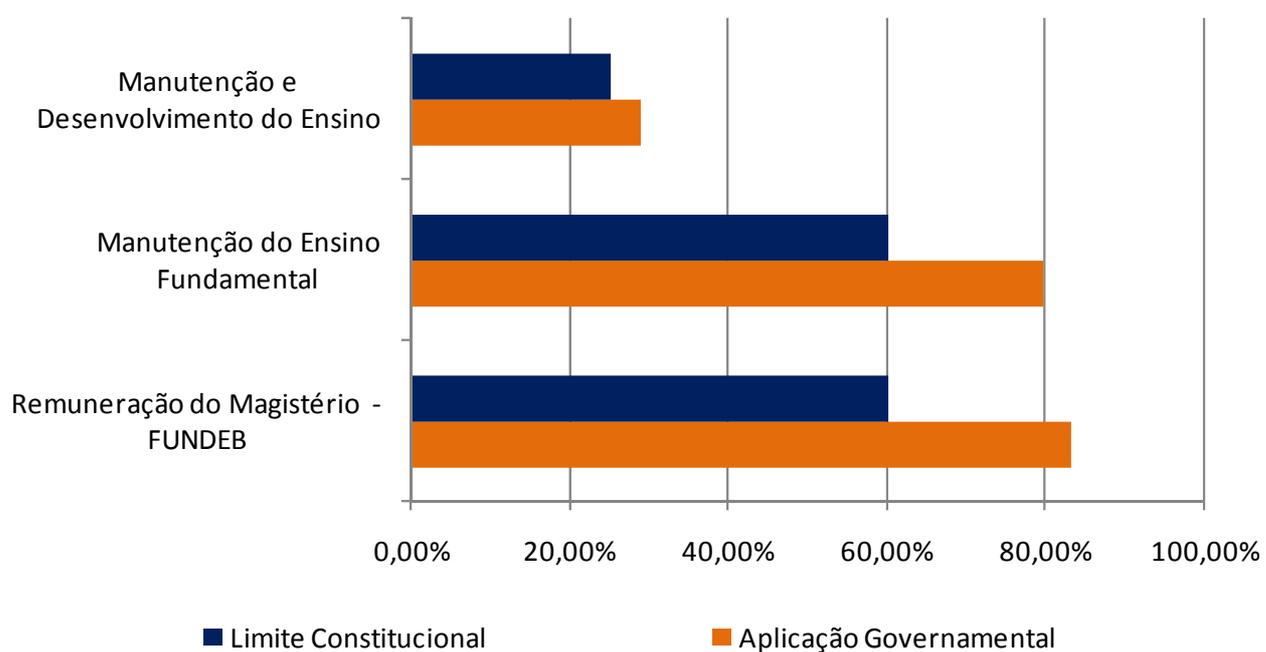
## DESPESA COM EDUCAÇÃO

O Limite mínimo obrigatório de gastos no exercício, com a manutenção e o desenvolvimento do ensino é de 25 % das receitas previstas na Constituição Federal. Rio das Ostras aplicou 28,99% no 3º Quadrimestre, como demonstrado a seguir.

RECEITA	R\$
<b>Impostos - (A)</b>	<b>29.939.074,61</b>
IPTU	5.465.515,08
IRRF	7.246.830,48
ITBI	4.521.418,75
ISS	12.705.310,30
<b>Transferências da União - (B)</b>	<b>10.690.215,09</b>
Cota-Parte FPM - (100%)	10.442.211,80
Cota-Parte ITR	62.441,06
Transf. Financeira ICMS Desoneração - (100%)	185.562,23
<b>Transferências do Estado - (C)</b>	<b>27.919.422,74</b>
Cota-Parte ICMS - (100%)	25.186.691,98
Cota-Parte IPVA	2.117.081,19
Cota-Parte IPI - (100%)	615.649,57
<b>Demais Receitas Correntes - (D)</b>	<b>5.012.182,80</b>
Multas, Juros de Mora Impostos	451.662,21
Divida Ativa dos Impostos	4.560.520,59
<b>* TRANSFERÊNCIA DO FUNDEB - (E)</b>	<b>14.141.540,35</b>
<b>TOTAL - BASE DE CÁLCULO EDUCAÇÃO = (A+B+C+D)</b>	<b>73.560.895,24</b>
<b>(-) Deduções para formação do FUNDEB - (F)</b>	<b>5.982.794,13</b>

DESPESA	R\$
<b>Função 12 - EDUCAÇÃO</b>	<b>17.151.359,17</b>
12.122 Administração Geral	1.806.777,69
Contribuição Patronal (IPASRO)	
12.361 Ensino Fundamental - (G)	8.650.216,18
Contribuição Patronal (IPASRO) - (H)	
12.362 Ensino Médio (Quando for significativo)	-
12.365 Educação Infantil - (L)	6.694.365,30
Contribuição Patronal (IPASRO)	
<b>FUNDEB - (Recurso Vinculado) - (I)</b>	<b>14.290.488,53</b>
12.361 Ensino Fundamental	13.797.526,77
Pessoal de Apoio	2.404.891,67
Magistério - (M)	11.392.635,10
12.365 Educação Infantil	492.961,76
Pessoal de Apoio	-
Magistério	492.961,76
<b>TOTAL GERAL DESPESA COM EDUCAÇÃO</b>	<b>31.441.847,70</b>
<b>(-) GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (J) = (E-F)</b>	<b>8.158.746,22</b>
<b>TOTAL APLICADO NA EDUCAÇÃO = (F+G+L)</b>	<b>21.327.375,61</b>
<b>TOTAL APLICADO NA MDE = (G+H+I-J)</b>	<b>14.781.958,49</b>

EDUCAÇÃO	Limite Constitucional		Aplicação Governamental	
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25%	18.390.223,81	28,99%	21.327.375,61
Manutenção do Ensino Fundamental	60%	11.034.134,29	79,57%	14.633.010,31
Remuneração do Magistério - FUNDEB	60%	8.484.924,21	83,17%	11.885.596,86



Utilizando os recursos provenientes dos royalties, que não fazem parte das receitas previstas na Constituição Federal, o município aplicou R\$ 28.394.841,12 nas despesas com Educação.

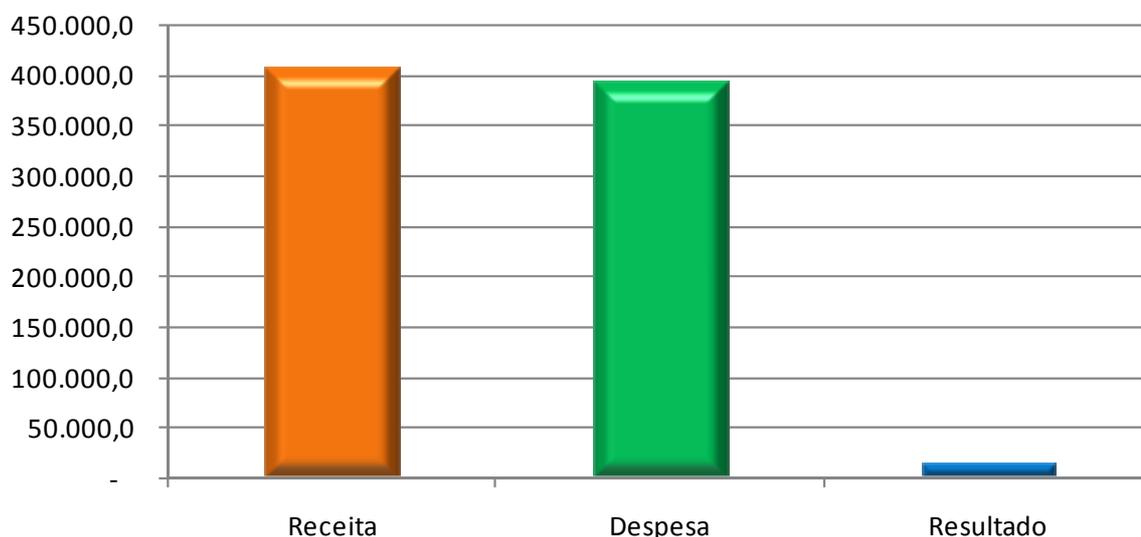
## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Execução Orçamentária apresentada foi apurada considerando os ingressos de natureza orçamentária, o saldo do exercício anterior aberto no período e as despesas realizadas pelo Município incluindo Administração Direta e Indireta durante o 3º Quadrimestre, demonstrando a participação da despesa realizada sobre a receita arrecadada.

R\$ Milhares

RECEITAS		DESPESAS	
Receitas Arrecadadas	359.332,8	Despesas Empenhadas	392.008,4
Saldo Exercícios Anteriores	47.282,1	<b>Resultado Orçamentário Positivo</b>	<b>14.606,5</b>
<b>TOTAL</b>	<b>406.614,9</b>	<b>TOTAL</b>	<b>406.614,9</b>

Nota: Para efeito deste demonstrativo foram consideradas as deduções da receita para formação do FUNDEB

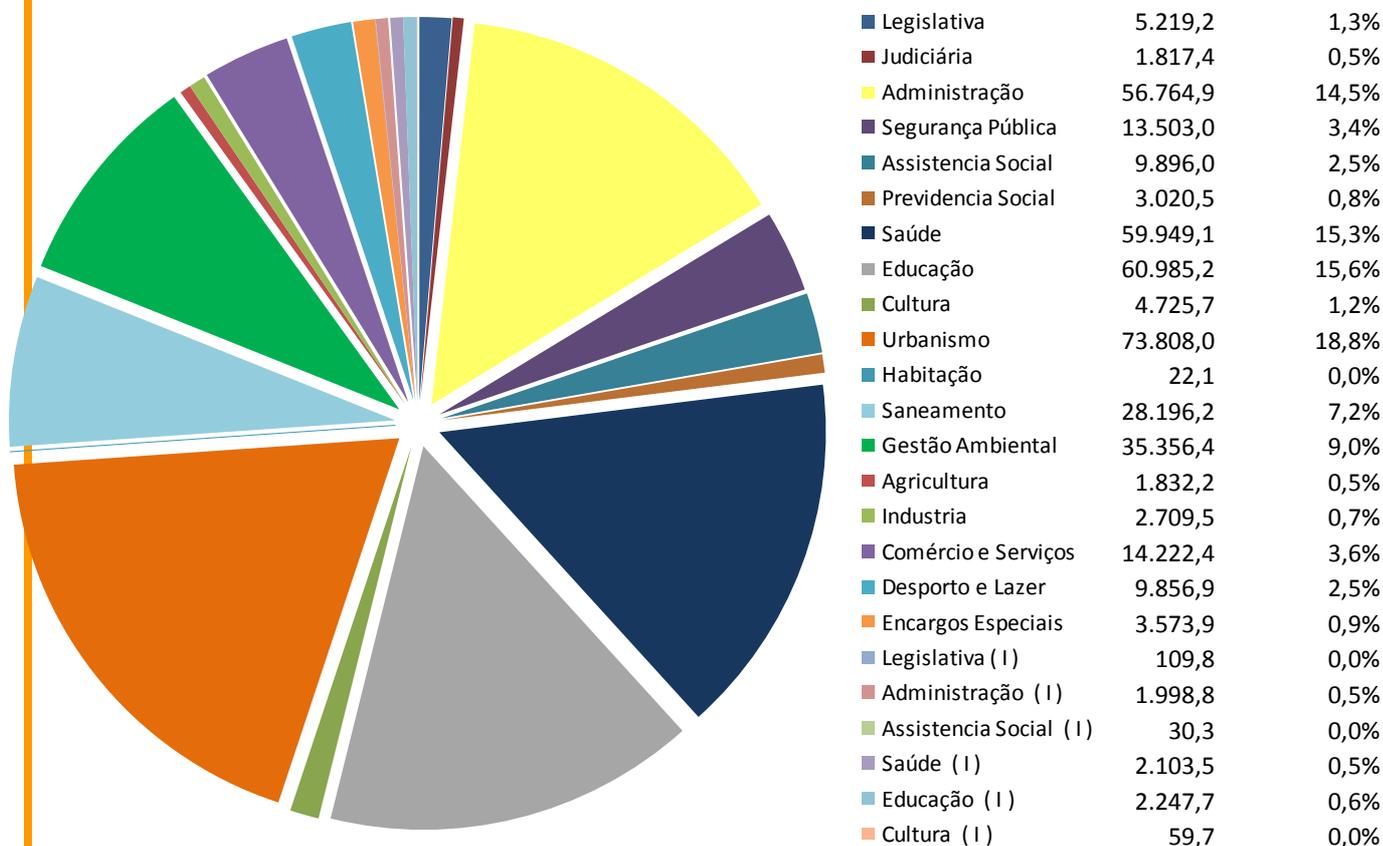


O quadro acima evidencia um Resultado Orçamentário Positivo na execução entre a receita e a despesa no exercício, o que demonstra o equilíbrio das contas públicas e a preocupação da administração pública em manter a execução da despesa no mesmo nível da arrecadação, atendendo aos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, de que os valores arrecadados é que devem definir o poder de gasto do Município.

## EXECUÇÃO DA DESPESA

No nível mais agregado da execução orçamentária da despesa, de acordo com as categorias de Função de Governo, verificamos abaixo onde fica evidente que o volume de receita do município empregada em saneamento e urbanismo, representa aproximadamente 26% do total da despesa empenhada, demonstrando a prioridade dada aos investimentos em infra-estrutura no município.

Nestes, destacam-se a Implantação do Sistema de Tratamento de Esgoto, Rede de Distribuição de Água, Restauração e Pavimentação de Estradas e a Pavimentação de Ruas.



Com estes dados e a realização da Audiência Pública, o município de Rio das Ostras cumpre uma de suas tarefas previstas em Lei e demonstra seu compromisso de tratar com transparência as contas municipais.

Rio das Ostras, 28 de fevereiro de 2008.

ROSEMARIE DA SILVA E SOUZA TEIXEIRA  
Secretaria Municipal de Planejamento

JOÃO BATISTA ESTEVES GONÇALVES  
Secretario Municipal de Fazenda